

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição de Peticionários

11:00 - Petição n.º 376/XIII/2.ª - Solicitam a retificação das listas de mobilidade interna, e contratação inicial, de 2017-18 divulgadas pelo Ministério da Educação.

1.º Peticionante: Lígia Reis Oliveira Violas

N.º Assinaturas: 4311

Deputada Relatora: Maria Augusta Santos (PS)

11:45 - Petição n.º 344/XIII/2.ª – Solicitam a inclusão do Projeto Personal Planning no currículo do ensino em Portugal.

1.º Peticionante: Sónia Márcia Gonçalves

N.º de Assinaturas: 4167

Deputada Relatora: Laura Magalhães (PSD)

12:15 – Petição N.º 378/XIII/2.ª - Solicitam a adoção de medidas contra o fornecimento de moradas erradas para frequência de escolas.

1.º Peticionante: Marta Abecasis Valente

N.º de Assinaturas: 1596

Deputado Relator: Álvaro Batista (PSD)

5. Apreciação e votação dos pareceres das seguintes iniciativas:

5.1. Projeto de Lei n.º 556/XIII/2.ª (PEV) – Alarga a gratuitidade do acesso ao serviço de transporte escolar a todos os alunos do ensino obrigatório, procedendo a alteração ao Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março.

Deputada Relatora: Nilza de Sena (PSD)

5.2. Projeto de Lei n.º 530/XIII/2.ª (PEV) – Estabelece a oferta alternativa de bebida vegetal, no âmbito do programa de leite escolar, promovendo alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março.

Deputada Relatora: Joana Mortágua (BE)

5.3. Projeto de Lei 586/XIII (PEV) - Garante a disponibilização de bebidas vegetais no serviço de bufete escolar, através de alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março.

Deputada Relatora: Laura Magalhães (PSD)

5.4. Projeto de Lei n.º 607/XIII/3.ª (PCP) - Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário.

Deputada Relatora: Nilza de Sena (PSD)

5.5. Proposta de Lei 99/XIII/3.ª - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018

Deputada Relatora: Margarida Balseiro Lopes (PSD)

5.6. Proposta de Lei 100/XIII/3.ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2018

Deputada Relatora: Susana Amador (PS)

6. Apreciação e votação de relatório final de petição

- **Petição n.º 300/XIII/2.ª** - Solicitam a adoção de medidas com vista a garantir a igualdade de condições de trabalho entre todos os docentes.

Deputada Relatora: Laura Magalhães (PSD)

7. Apreciação e votação da admissibilidade da **Petição n.º 380/XIII/2.ª** - Solicita alteração legislativa ao Estatuto da Carreira Docente e ao Estatuto da Aposentação.

Se admitida a petição:

- Decisão sobre a nomeação de Deputado Relator: Grupo Parlamentar do PS;
- Decisão sobre pedidos de informação;
- Decisão sobre audição de petionários.

8. Fixação de redação final de texto aprovado

- **Projeto de Resolução n.º 1010/XIII/2.ª (PAN)** - Recomenda ao Governo que proceda à concretização de obras na Escola Básica 2/3 Avelar Brotero, integrada no Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, em Odivelas.

Há acordo? O PAN concordou com a redação final.

9. Apreciação e votação do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial para a 3.ª Sessão Legislativa

10. Data da próxima reunião

24 de outubro, pelas 14h – Mesa e coordenadores

28 de novembro, pelas 15h – Reunião Comissão

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência da Deputada do PCP.

2. Aprovação da ata

As atas n.ºs 85 a 87, das reuniões de 17, 18 e 20 do corrente, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência da Deputada do PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Calendário de audições regimentais dos Ministros da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Foi aprovado o seguinte calendário das audições regimentais:

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1.ª (OE) – 14 novembro 2017
	2.ª – 06 fevereiro 2018
	3.ª – 17 abril 2018
	4.ª – 26 junho 2018
Ministro da Educação	1.ª (OE) – 15 novembro 2017
	2.ª – 19 dezembro 2017
	3.ª – 27 março 2018
	4.ª – 3 de julho 2018

3.2. Pedidos de Audiência

Analisado o pedido de audiência da APROTED - Associação de Professores de Teatro-Educação – para apresentar os problemas do Ensino Artístico em Portugal, nomeadamente sobre a presença do teatro na educação e as condições de trabalho dos seus docentes, foi deliberado que a mesma será feita em reunião presidida por um Deputado do PCP (a indicar), aberta a todos os Deputados da Comissão.

3.4. Jornadas Parlamentares

O Presidente da Comissão lembrou que as Jornadas Parlamentares do PSD terão lugar nos dias 30 e 31 de outubro, pelo que nessa semana não haverá reunião da Comissão.

4. Audição de Peticionários

4.1. Petição n.º 376/XIII/2.ª - Solicitam a retificação das listas de mobilidade interna, e contratação inicial, de 2017-18, divulgadas pelo Ministério da Educação

A delegação dos peticionários está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou os peticionários, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

Os peticionários referiram o seguinte:

1. A petição foi feita no final de agosto, após a publicação das listas de colocação e foi imediatamente subscrita por 3.500 pessoas, número que agora já ultrapassa 4.000;
2. O grupo de lesados é muito elevado e o Ministério da Educação não indica o número respetivo, não obstante os pedidos dos peticionários nesse sentido, pelo que reiteraram o pedido de disponibilização desse número;
3. A questão já está em apreciação nos tribunais, tendo sido interpostas até ao momento 26 ações, mas entendem que as sentenças demorarão muito tempo e perderão oportunidade;
4. As soluções apontadas pelo Ministério não resolvem a situação;
5. A realização de um novo concurso no próximo ano para os lesados, solução proposta pela Secretária de Estado Adjunta e da Educação, é ilegal e gerará vários prejuízos, que concretizaram:
6. Indicaram os prejuízos profissionais, pessoais e a nível de escolas que decorreram dos problemas do concurso;
7. Pedem a colocação administrativa ainda este ano, indicando que esta solução foi acolhida pelos sindicatos, pela ANDAEP, Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, e pela CONFAP, Confederação Nacional das Associações de Pais;
8. Importa prevenir que não se verifiquem situações iguais no futuro, como refere o parecer do Provedor de Justiça;
9. Solicitam que sejam colocados todos os horários a concurso, completos ou não;
10. Pedem um compromisso para a clarificação das normas dos concursos e a realização em 2018 de um concurso justo e com o cumprimento das normas.

Interveio depois o Deputado Amadeu Albergaria (PSD) que referiu que o problema é conhecido e lamentou a injustiça criada e a não resolução da situação antes do início do ano letivo, realçando que afeta professores, mas também alunos e escolas. Referiu depois que o Ministério da Educação faz muitos anúncios, mas sem concretização.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS, relatora da petição) referiu que colocar questões é um direito e que o PS conhece bem a questão das colocações de docentes longe de casa. Mencionou ainda que os docentes se candidatam a escolas e zonas pedagógicas e realçou que as necessidades e realidades das escolas são dinâmicas e as necessidades são fixadas anualmente. Indicou depois que o Ministério quer antecipar para o próximo ano letivo um concurso interno. Argumentou ainda que os docentes foram colocados em escolas e zonas para que se candidatassem, na sequência da definição de prioridades que fizeram.

A Deputada Joana Mortágua (BE) informou que os Grupos Parlamentares têm limitações de intervenção nesta matéria e se torna impossível dar soluções. Considerou depois que não houve um erro, mas uma alteração imprudente das regras do concurso, não tendo havido aviso em relação à mesma. Referiu ainda que o Governo reconheceu o problema e adianta a hipótese de antecipar o concurso interno. Informou que no final de agosto fizeram uma pergunta ao Governo e depois pediram o número dos recursos hierárquicos apresentados, mas ainda não obtiveram resposta. A terminar, indicou que propuseram uma solução administrativa para este ano e a correção do regime para o futuro.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que fizeram uma pergunta ao Governo, que ainda não teve resposta e entretanto já equacionaram a matéria no Plenário. Referiu depois que o problema foi colocado pelo concurso, com falta de transparência e arrastou-se até ao início do ano letivo. Mencionou ainda que a solução para o próximo ano tem vantagens e desvantagens, como sejam, a abertura de um processo negocial e a realização de um novo concurso global. A terminar, considerou que para este ano a única solução é o recurso aos tribunais.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) perguntou se a solução administrativa que os peticionários defendem seria com acréscimo de professores e não a retirada dos que foram colocados, tendo obtido resposta afirmativa. Defendeu depois que a dimensão dos quadros de zona pedagógica tem de ser equacionada e informou que entendem que o Ministério da Educação tem a hipótese de uma solução política. Informou ainda que fizeram uma pergunta ao Governo, que ainda não obteve resposta e apresentaram uma iniciativa de alteração do regime do concurso e outras regras.

Na sequência das questões e observações colocadas, os peticionários defenderam que a solução administrativa podia ser viabilizada no âmbito dos recursos hierárquicos, tendo indicado ainda os fundamentos da sua discordância em relação à apreciação jurídica que foi feita pelo Ministério. Argumentaram depois que no momento em que concorreram às escolas não conheciam os horários. Reiteraram ainda que houve um erro do Ministério e as regras foram completamente alteradas, mas são os professores que estão a ser prejudicados. A terminar, apelaram à ajuda da Comissão, referindo que já bateram a todas as portas e acreditam que as decisões dos tribunais não podem ser a única solução.

A gravação da reunião e a documentação entregue pelos peticionários está disponível na [página da Comissão](#).

4.2. Petição n.º 344/XIII/2.ª – Solicitam a inclusão do Projeto Personal Planning no currículo do ensino em Portugal

A delegação dos peticionários está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou as peticionárias, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

A 1.ª peticionária referiu o seguinte:

1. O Projeto Personal Planning é uma ferramenta de enquadramento pessoal e profissional, para desenvolvimento do controlo emocional;
2. Visa o ensino sobre o desenvolvimento do auto-conhecimento do aluno, leva-o a conhecer-se, melhorando o seu relacionamento e a gerir a competitividade, ajuda a resiliência imunológica e contribui para mais saúde;
3. Reforça a auto-estima, reduz a agressividade, promove o respeito pelos outros;
4. Ajuda o sucesso escolar, é um estilo de vida, para pessoas mais íntegras, honestas, que agradecem o que conseguem;
5. Propõem que o Personal Planning seja implementado como uma disciplina ou uma atividade extra-curricular, com 1 hora por semana;
6. Celebraram um protocolo com a Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira, para implementação do Projeto.

Uma funcionária da Secretaria Regional apresentou o seu depoimento, essencialmente como encarregada de educação, tendo indicado o seguinte:

1. O aprender a gerir emoções e o autoconhecimento deram-lhe ferramentas para trabalhar de forma mais construtiva;
2. O Projeto dá outra atitude;
3. Saber agradecer é simples e tem muitos efeitos benéficos, até a nível de saúde, tendo dado como exemplo a prática que adota com os seus filhos, em que apontam 5 coisas por dia pelas quais se sentem gratos.

Interveio depois a Deputada Laura Magalhães (PSD, relatora da petição), manifestando algumas dúvidas em relação à implementação e perguntando se a ferramenta em causa é para ser utilizada nas diferentes disciplinas (e nesse caso em quais) ou como uma atividade extracurricular, deixada ao critério de cada escola, e com todos os professores e alunos ou só com alguns. A terminar, pediu mais indicações em relação à metodologia de implementação.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o ensino não esgota a educação e esta também pertence às famílias e à sociedade, tendo posto a hipótese de a matéria ser enquadrada no projeto de cada escola, a decidir pela mesma. A terminar, pediu ainda que utilizem palavras nacionais, em vez de estrangeiras, para explicitar o Projeto.

A Deputada Joana Mortágua (BE) concordou com as preocupações para além dos currículos, mas referiu que as mesmas devem ser definidas por cada escola e não como atividade curricular ou não, reiterando a concordância com uma escola mais humanista, mas com respeito pela autonomia de cada estabelecimento.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) afirmou que o GP tomou a devida nota do teor da proposta, atentos os pressupostos que lhe subjazem e que esta poderá ser considerada no âmbito da autonomia das escolas.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu mais aprofundamento da ideia, para ponderação pelo respetivo Grupo Parlamentar.

Na sequência das questões e observações colocadas, as peticionárias propuseram o desenvolvimento do Projeto com a criação de uma atividade extracurricular, com a duração de 1 hora por semana. Referiram ainda que se trata de matéria de interesse e aplicação transversal, a alunos, professores e pais, salientando que a parte emocional é que nos leva a fixar objetivos e a cumpri-los. Defenderam também que o Projeto seja adaptado a cada escola e aluno, de forma personalizada e indicaram que o objetivo da petição era equacionar a aplicação a todas as escolas.

A gravação da reunião e a documentação entregue pelos peticionários está disponível na [página da Comissão](#).

4.3. [Petição Nº 378/XIII/2.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas contra o fornecimento de moradas erradas para frequência de escolas

A delegação dos peticionários está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou os peticionários, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

As peticionárias fizeram o enquadramento legal da matéria, com base no Despacho normativo de organização do ano letivo e no Estatuto do Aluno e referiram o seguinte:

1. Muitas crianças não podem frequentar as escolas situadas na área da sua morada, sendo afastadas das mesmas;
2. O problema é o esquema instituído de moradas falsas, expediente que é utilizado massivamente e abrange pelo menos 90 escolas;
3. O próprio Estado é lesado com a situação, permitindo contratos de associação;
4. Concretizaram, a título exemplificativo, a situação na Escola D. Filipa de Lencastre;
5. Propõem como solução que seja feita prova da morada do jovem e do encarregado de educação; que as colocações sejam centralizadas pelo Ministério da Educação e pelo menos um dos encarregados de educação viva com o jovem; e indicaram a forma de prova de residência do aluno;
6. A prioridade para os residentes tem benefícios a vários níveis.

Interveio depois o Deputado Álvaro Batista (PSD, relator da petição), referindo que a questão é importante, é motivada pela diferença de qualidade dos diferentes estabelecimentos de ensino e tem solução demorada. Acrescentou que o Despacho normativo pode e deve ser alterado e defendeu a liberdade de escolha, acrescentando que há necessidade de fixar critérios, nomeadamente a morada da família, quando há mais procura da escola do que oferta desta.

A Deputada Lúcia Araújo Silva (PS) mencionou que a questão é antiga, afeta escolas urbanas e não só e o motivo reside no *ranking* das escolas. Referiu depois que o Despacho normativo tem

8 critérios e o problema se coloca na residência, realçando a facilidade de indicação como encarregado de educação. Defendeu depois a necessidade de os encarregados de educação reclamarem e indicou que o PS vai pugnar pela transparência.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o problema tem origem na qualidade da escola e no estatuto social associado à sua frequência, bem como nos *rankings* das mesmas. Indicou ainda que há 2 situações: 1 de fraude às regras e outra respeitante à necessidade de alteração das mesmas. Informou depois que o BE é contra a liberdade de escolha da escola e defendeu que a pluralidade da escola é uma riqueza. A terminar, considerou que o critério da residência é para manter, mas com reflexão.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o CDS-PP defende a liberdade de educação e de escolha da escola pelas famílias, atento o seu projeto educativo. Indicou depois que o Despacho normativo tem regras muito pormenorizadas e equacionou a hipótese de não se permitir que a indicação dada para a matrícula possa ser alterada depois, ao longo do ano. Salientou ainda que Lisboa tem um problema na carta educativa, que se encontra desatualizada. A terminar, referiu que a Inspeção Geral da Educação e Ciência abriu um inquérito e pediu o ponto da situação do mesmo e a indicação da resposta dada pelo Ministro da Educação.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) indicou que a matéria merece reflexão e considerou que uma escola pública com qualidade resolveria o problema, enquanto a alteração do Despacho normativo podia gerar outras injustiças. Defendeu também a transparência dos procedimentos e indicou que vão refletir melhor sobre o problema e as propostas de solução. Enfatizou ainda a importância da fiscalização da fraude, referindo que há casos conhecidos e solicitando que os mesmos sejam assinalados às entidades competentes, tendo ainda proposto a agilização da fiscalização.

Na sequência das questões e observações colocadas, os peticionários referiram o seguinte:

1. Há liberdade de escolha da escola, tendo em conta as vagas da mesma;
2. As pessoas que moram na área da escola devem poder frequentá-la;
3. As escolas não se consideram responsáveis pela fiscalização e os pais podem sempre assistir às reuniões, mesmo quando não sejam encarregados de educação;
4. Defenderam que a possibilidade de serem indicados como encarregados de educação outras pessoas, que não sejam os pais, só deve ter lugar em casos excecionais;
5. O inquérito desenvolvido pela Inspeção Geral da Educação e Ciência começou em junho de 2017 e ainda não há resposta, salientando os peticionários que a lentidão dos processos mantém a injustiça;
6. O Ministério da Educação está pouco aberto a esclarecer a situação, a ponderar e a alterar;
7. Não sabem o que esperar das entidades competentes;
8. As várias escolas têm comportamentos muito diferentes perante o problema, havendo falta de uniformidade e maior ou menor transparência;
9. A resposta do Ministério é muito insuficiente e não obstante a Provedoria de Justiça lhe tenha pedido em 2016 que interviesse e disciplinasse o assunto, não há resposta;
10. A qualidade da escola não tem a ver com posição nos *rankings*, e esta não depende tanto do trabalho da escola, mas mais do enquadramento social dos encarregados de educação.

A gravação da reunião e a documentação entregue pelos peticionários está disponível na [página da Comissão](#).

5. Apreciação e votação dos pareceres das seguintes iniciativas:

5.1. Projeto de Lei n.º 556/XIII/2.ª (PEV) – Alarga a gratuitidade do acesso ao serviço de transporte escolar a todos os alunos do ensino obrigatório, procedendo a alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março

A apreciação do parecer da relatora, Deputada Nilza de Sena (PSD), foi adiada.

5.2. Projeto de Lei n.º 530/XIII/2.ª (PEV) – Estabelece a oferta alternativa de bebida vegetal, no âmbito do programa de leite escolar, promovendo alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março

A apreciação do parecer da relatora, Deputada Joana Mortágua (BE), foi adiada.

5.3. Projeto de Lei 586/XIII (PEV) - Garante a disponibilização de bebidas vegetais no serviço de bufete escolar, através de alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março

A apreciação do parecer da relatora, Deputada Laura Magalhães (PSD), foi adiada.

5.4. Projeto de Lei n.º 607/XIII/3.ª (PCP) - Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário

A apreciação do parecer da relatora, Deputada Nilza de Sena (PSD), foi adiada.

5.5. Proposta de Lei 99/XIII/3.ª - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018

O parecer da relatora, Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD), foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5.6. Proposta de Lei 100/XIII/3.ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2018

O parecer da relatora, Deputada Susana Amador (PS), foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Apreciação e votação de relatório final de petição

- **Petição n.º 300/XIII/2.ª** - Solicitam a adoção de medidas com vista a garantir a igualdade de condições de trabalho entre todos os docentes

A apreciação do relatório final da petição, da autoria da Deputada Laura Magalhães (PSD), foi adiada.

7. Apreciação e votação da admissibilidade da Petição n.º 380/XIII/2.ª - Solicita alteração legislativa ao Estatuto da Carreira Docente e ao Estatuto da Aposentação

A apreciação da admissibilidade da petição foi adiada.

8. Fixação de redação final de texto aprovado

- **Projeto de Resolução n.º 1010/XIII/2.ª (PAN)** - Recomenda ao Governo que proceda à concretização de obras na Escola Básica 2/3 Avelar Brotero, integrada no Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette, em Odivelas.

A redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Apreciação e votação do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial para a 3.ª Sessão Legislativa

A apreciação do Plano de Atividades foi adiada.

10. Data da próxima reunião

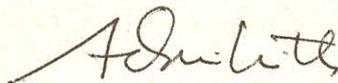
24 de outubro, pelas 14h – Mesa e coordenadores

28 de novembro, pelas 15h – Reunião Comissão

A reunião foi encerrada às 13 horas 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Duarte Marques
Margarida Balseiro Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Diogo Leão
Emília Santos
Ivan Gonçalves
Pedro Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

